AgEcon SEARCH
RESEARCH IN AGRICULTURAL & APPLIED ECONOMICS

The World's Largest Open Access Agricultural & Applied Economics Digital Library

This document is discoverable and free to researchers across the globe due to the work of AgEcon Search.

Help ensure our sustainability.

Give to AgEcon Search

AgEcon Search
http://ageconsearch.umn.edu
aesearch@umn.edu

*Papers downloaded from **AgEcon Search** may be used for non-commercial purposes and personal study only. No other use, including posting to another Internet site, is permitted without permission from the copyright owner (not AgEcon Search), or as allowed under the provisions of Fair Use, U.S. Copyright Act, Title 17 U.S.C.*

POLÍTICAS PÚBLICAS DE EMPREGO URBANO EM BELÉM: A INSERÇÃO DE TRABALHADORES EM COOPERATIVAS POPULARES

RICARDO BRUNO SANTOS; ARMANDO LIRIO SOUZA;

FACULDADE IDEAL

BELÉM - PA - BRASIL

ricardo-bruno@oi.com.br

APRESENTAÇÃO SEM PRESENÇA DE DEBATEDOR

SOCIOECONOMIA SOLIDARIA E DESENVOLVIMENTO LOCAL

Políticas Públicas de Emprego Urbano em Belém: A Inserção de Trabalhadores em Cooperativas Populares

Grupo de Pesquisa 13: Socioeconomia solidária e Desenvolvimento Local.

Políticas Públicas de Emprego Urbano em Belém: A Inserção de Trabalhadores em Cooperativas Populares

Resumo

Trata-se da apresentação do estudo sobre a organização econômica e social das cooperativas populares originadas do Programa de Geração de Emprego e Renda da Prefeitura Municipal de Belém na gestão 1994-2002.

Palavras-Chave: Cooperativas populares, Economia solidária, Geração de emprego e renda, Políticas públicas, Região Metropolitana de Belém.

Políticas Públicas de Emprego Urbano em Belém: A Inserção de Trabalhadores em Cooperativas Populares

1. Introdução

A abertura comercial dos anos 90 restringiu a criação de emprego urbano no Brasil. Isso resultou no aprofundamento do excedente estrutural de mão-de-obra, pois a criação de novas ocupações não acompanhou, proporcionalmente, o crescimento da população economicamente ativa, cuja taxa anual ficou em torno de 2,2%. Isso pode ser demonstrado pela redução de postos de trabalho na industria de transformação, tradicionalmente o setor de maior vínculo com o mercado internacional, que teve sua participação reduzida no total de emprego não–agrícola de 27,1% em 1992 para 20,8% em 1999. Neste mesmo período, o trabalho não-agrícola teve um crescimento anual de aproximadamente 0,5%, considerado pífio e centrado principalmente no setor terciário (Baltar, 2003). Recentemente, os indicadores de emprego têm demonstrado a manutenção desta tendência, segundo Pochmann (2004), 70% das ocupações criadas no Brasil entre 2003-2004 refere-se a alguma forma de atividade serviçal.

Neste contexto, ressalta-se a elevação do grau de informalização ou o crescimento de trabalhadores sem carteira assinada. Os indicadores têm demonstrado a ampliação do mercado informal de trabalho, composto de um tipo de população relativa excedente que possui atividades extremamente irregulares e que atuam de forma desarticulada do ponto de vista da organização política e sindical. O agravamento desta situação pode ser observado no aumentou da participação de trabalhadores sem carteira assinada nos estabelecimentos não-agrícolas, cerca de 3,1% ao ano, entre 1990-1999. É importante destacar que as maiores taxas de redução do emprego celetista e estatutário foram registradas na indústria de transformação e na construção civil (Baltar, 2003).

Em 1997, a pesquisa **Economia Informal Urbana** demonstrou que aproximadamente 12 milhões de brasileiros atuam na informalidade (IBGE, 1997). A região Norte apresenta cerca de 5% desse contingente de informalidade, representando aproximadamente 20% da população economicamente ativa da região que habita as áreas metropolitanas. Assim, em cidades como Belém, predominantemente terciárias e com taxas de informalidade em torno de 60% da população ocupada, qual o grau de impacto desta conjuntura do emprego urbano nacional? Como isso se traduz nas políticas municipais de geração de emprego e renda?

Observa que o campo de articulação do gestor público para dinamizar a economia municipal é limitado, pois a industria de transformação possui uma participação residual e a industria da construção civil, que tradicionalmente sempre apresentou uma capacidade maior de absorção de força de trabalho assalariada local, voltou a acompanhar a desaceleração presente na tendência nacional desde os anos 90. Além disso, não está bem definido o potencial do emprego agrícola na RMB.

Portanto, por um lado, as estratégias de política de geração de emprego e renda em uma conjuntura na qual a criação de postos de trabalho formal parece não ser a tendência da economia local, precisaria incorporar minimamente uma concepção de política ativa de emprego. Por outro lado, como construir uma ação de gestão pública que não enveredasse pelo fortalecimento da precarização e da informalidade? Este pareceu ser o dilema para o gestor público municipal e para a própria sociedade local, neste caso, representada pelos empreendedores da economia popular e da economia solidária que constituíram seus fó-

runs, objetivando demonstrar a importância desta outra economia para a geração de trabalho e renda na Região Metropolitana de Belém.

Nesse sentido, evidenciar o significado do setor informal e/ou do empreendedor popular e do empreendedor de economia solidária na geração de trabalho e renda para as economias urbanas periféricas torna-se primordial. Por um lado, tenta-se entender se a informalidade funciona somente como válvula de escape para a crise do desemprego e para o crescimento do agregado social ou se haveria possibilidade de articulação dos empreendedores da economia popular urbana com as estratégias de política pública voltadas para a geração de trabalho. Em Belém; a experiências de políticas públicas urbanas de geração de emprego e renda no período de 1997-2004 estimulou o fortalecimento dos empreendimentos populares e a formação empreendimentos de economia solidária, tendo também como premissa romper os limites da informalidade, situando-as como estratégia de geração de renda para as famílias em *condições de risco*, articulando-se ações de políticas sociais com econômicas.

Apresenta-se neste artigo a sistematização da pesquisa desenvolvimento pela equipe da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares e Empreendimentos Solidários da UFPA e do Projeto de Pesquisa Políticas Públicas de Geração de Emprego e Renda. Portanto, faz-se reflexões sobre os resultados da política pública urbana de emprego da Prefeitura Municipal de Belém no período 1994-2002. Neste momento, pretende-se, basicamente, registrar a experiência das cooperativas populares e empreendimentos de economia solidária, demonstrando a forma de organização econômica e social e como isso fez parte da gestão municipal.

2. Contextualização da política pública de emprego no município de Belém: O eixo do planejamento na perspectiva de inclusão social e economia solidária.

A economia de Belém é caracterizada pela forte concentração da atividade econômica no setor terciário. Isso, por si só, poderia justificar a argumentação de que se trata de uma economia estagnada, devido à tendência de concentração de renda no setor de serviço e no comercial (Souza, 2001). Contudo, o desdobramento dessa análise pode ser bem mais refinado com a incorporação do perfil do mercado de trabalho, a partir de dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio – PNAD – dos anos de 1993 e 1998. Observa-se que a Região Metropolitana de Belém – RMB –, possui uma tendência em que:

> *"... tem sido particularmente desfavorável para os trabalhadores mais pobres ou com nível de escolaridade baixa, a persistência da pobreza do ponto de vista da renda estar associada à péssima distribuição de renda que afeta de forma negativa as pessoas que possuem baixo nível de escolaridade" (Reis, 2002).*

A comparação dos indicadores de desigualdade e pobreza em Belém com base nos Censos de 1991 e 2000 reforça a constatação anterior: o percentual de concentração de renda pelos 10% mais rico da população variou de 48,91% para 54,34%; a renda apropriada pelos 40% mais pobres variou de 8,35% para 6,94%; a intensidade de indigência aumentou de 36,06% para 49,62%; o percentual das pessoas que recebem renda *per capita* abaixo de R$ 75,50 aumentou de 29,22% para 30,02%; e, o grau de desigual-

dade medido pelo coeficiente de Gini variou de 0,600 para 0,650[1]. Esses resultados demonstram um alto grau de concentração de renda e aprofundamento da pobreza e desarticulação total do mercado de trabalho no município de Belém (Reis, 2004).

Percebe-se que o fraco desempenho econômico e o elevado grau de desigualdade e pobreza influenciam diretamente no volume de emprego e intensifica a consolidação de uma ampla estrutura informal na economia local. Entretanto, a compreensão desse contexto requer debater a expressão e o significado do chamado mercado informal em Belém, muitas vezes, caracterizado somente pelo aspecto de ser uma atividade econômica desregulamentada ou um setor não estruturado. Portanto, revela-se divergência em termos conceitual. Há a perspectiva de integrá-lo a um padrão exclusivo de trabalhadores pobres (Jakobsen, 2002). Contudo, a classificação feita pelo IBGE, em 1997, levou em consideração uma composição ampliada, segundo a ocupação nas empresas do setor informal. Dessa forma, incluiu os trabalhadores por conta própria, empregador, empregado com carteira assinada, empregado sem carteira assinada e trabalhadores não remunerados.

A classificação do IBGE[2] resultou em polêmicas, pois desconsiderou os trabalhadores vinculados a empresas com mais de 5 cinco empregados e os trabalhadores domésticos. Porém, os dados demonstram a dimensão da informalidade, conseqüentemente as mazelas advindas das condições precárias de trabalho e da total ausência de proteção social aos trabalhadores inseridos em tal condição. O impacto da informalidade pode ser avaliado pela dificuldade dos trabalhadores advindos do mercado formal de trabalho reproduzirem o seu padrão de vida anterior. Ao se restringir essas condições para os trabalhadores autônomos, que há muito tempo atuam na informalidade, que em muitos casos podem ser mais bem definidos como empreendedor popular ou economia popular[3] por atuarem em pequena escala organizados em microunidades, os indicadores de qualidade de vida serão ainda mais desfavoráveis, principalmente no que diz respeito à carga horária de trabalho, que excede em muito às 50h semanais (Singer, 2002).

Um outro sentido conceitual diz respeito à representação da informalidade enquanto excedente de força de trabalho destinada a uma situação de exploração extrema pelo capital – setor de subsistência (Max, 1982). Particularmente, é esse o sentido que se pretende destacar neste estudo, visando demonstrar haver uma contraposição à argumentação de que bastaria fortalecer políticas de emprego compensatórias, ou seja, bastaria considerar as condições atuais de desemprego como algo que poderá ser superado com medidas de ajuste simplificadas no conceito de *empregabilidade*, portanto, reduzindo-se a ação pública no ambiente urbano a programas constantes de qualificação e requalificação de trabalhadores, esquecendo-se de inserir a economia local em um ambiente de desestruturação do padrão econômico implementado nacionalmente no âmbito

---

[1] A referencia do coeficiente de Gini pode ser explicada da seguinte maneira, levando-se em consideração uma escala de 0 a 1, quanto mais próximo de 1 menor o grau de desigualdade. Os países e regiões com maior grau de desigualdade normalmente possuem coeficiente de Gini entre 0,5 e 0,7.

[2] Desde 1993, o IBGE utiliza o conceito de setor informal proposto pela Organização Internacional do Trabalho – OIT, define-se o trabalho informal como aquele que não apresenta perfeita distinção entre o capital e o trabalho e entre o patrimônio da família e o negócio. Além disso, seria composto pelas atividades não agrícolas que produzem bens e serviços para o autoconsumo, com o principal objetivo de gerar emprego e renda para as pessoas envolvidas, com até cinco empregados, moradores de áreas urbanas. Limita-se nesse conceito a capacidade de apreender informações mais consistentes da informalidade na região Norte do país.

[3] Segundo Laville (2004), deve-se considerar a economia informal e a economia popular como coisas distintas. Por um lado, a economia popular representa práticas que elaboram atividades econômicas auto-organizadas, comunitárias e populares que associam os membros da comunidade na execução de projetos coletivos. Por outro lado, a economia informal refere-se micro projetos individuais, muitas vezes sem base articulação social.

da *financeirização* dos mercados globais e na perspectiva de reforma do Estado em bases neoliberais.

Em suma, perde-se de vista que o setor informal urbano, caracterizado pela heterogeneidade estrutural, é produto da modernização capitalista nas economias periféricas, criando micro empreendimento mercantil de baixa produtividade baixo nível de capitalização, pequeno porte, com grande peso das relações familiares e de parentesco, reduzido domínio das técnicas de quantificação, planejamento e registro contábil, ilegalidade e dificuldade de acesso ao crédito bancário. A passagem para uma trajetória de construção de políticas públicas de economia solidária no âmbito das esferas governamentais, voltada para uma nova estruturação da economia urbana que fortaleça a reprodução da vida dos trabalhadores, redefine a inserção dos trabalhadores da economia popular e da economia formal no sentido organizativo de suas unidades produtivas familiares ou unidade doméstica (Coraggio,2003).

3. A organização das cooperativas de economia solidária como mecanismo de inserção econômica e social dos trabalhadores.

A partir de 1994, implementou-se em Belém uma ação governamental que teve como objetivo privilegiar a definição de políticas públicas econômicas e sociais com base na expectativa de reformular a ação estatal na cidade. Percebia-se que a reversão do panorama de estagnação exigiria uma gestão pública comprometida com o desenvolvimento de política urbanas consistentes, capazes de alterar, em curto e longo prazo, as debilidades na base da economia local. O alcance dessa gestão municipal em termos de resultados compatíveis com as premissas prevista no planejamento das marca de governo podem não ter sido em toda plenitude, contudo no âmbito da geração de emprego e renda, várias medidas foram tomadas, dentre as mais importantes pode-se destacar: a organização do Banco do Povo; a introdução do programa Bolsa-Escola municipal; a implementação do PRONAGER, por meio do Laboratório Organizacional de Terreno – LOT – e, mais recentemente, o projeto Primeiro Emprego.

É importante ressaltar que essas ações possuíam articulação com programas nacionais de emprego e renda, quer sejam experiência de outras gestões municipal e estadual, quer sejam introduzidas pelo governo federal. Justamente, na maioria das vezes, aí residem as dificuldades de implementá-las de forma inovadora, pois quando se trata de políticas financiadas por meio de recursos federais. Naquele momento a concepção das ações de emprego e renda do governo FHC centrava-se em meras medidas paliativas e sempre reduzidas ao caráter de qualificação e requalificação, a exemplo do Planfor – Plano Nacional de Formação Profissional.

A gestão municipal começou a apresentar iniciativas importantes por meio da marca de governo revitalizar Belém. Por exemplo, os referenciais do programa de geração de emprego e renda da PMB podem ser resumidos da seguinte maneira: 1) alcançar a população de excluídos sociais; 2) criar expectativas favoráveis de inclusão; 3) chegar à população sem acesso à educação; 4) chegar à população de baixa renda; 5) chegar à população da periferia de Belém; 6) Qualificar as pessoas para o mercado de trabalho; 7) gerar oportunidades de sustento para as famílias pobres. O horizonte de beneficiários previsto pelo Plano de Educação Profissional e o Projeto de Qualificação Profissional para Famílias da Bolsa-Escola eram de 22.000 pessoas. Alguns resultados preliminares divulgados, em 2002, pela Secretaria Municipal de Economia – SECON sobre o LOT, demonstraram que a ação já havia atendido mais de 2.500 beneficiários nos cursos de qua-

lificação, abrangendo a maioria dos distritos administrativos de Belém, principalmente os bairros que apresentaram os mais problemáticos indicadores de vulnerabilidade social como Terra-Firme, Sacramenta, Paracuri e também conseguiu atender as famílias residentes na área do aterro sanitário de Santana do Aurá.

Outro exemplo importante foi o Fundo Municipal de Solidariedade para Geração de Emprego e Renda Ver-o-Sol, por meio da Lei Complementar nº 1 de 20 de outubro de 1997, mais conhecido como Banco do Povo. Definiu-se uma transferência mensal de 1% do Fundo de Participação dos Municípios - FPM e 0,64% do Imposto sobre Circulação de Mercadoria e Serviço - ICMS O objetivo era atender pequenos empreendimentos populares formais e informais, por meio de uma política de microcrédito que utilizava taxas de juros que não excedia 3 % a.m. Entre 1998 e 2004, o Banco do Povo realizou cerca de 19.996 operações, representando um valor de R$ 24.881.889,19. Em termos de atividades econômicas financiadas, a distribuição é a seguinte: 11,14% para atividades de produção; 75,42% para atividades de comércio; e 13,44% para atividades de serviço. Essas informações confirmam a concentração da atividade econômica de Belém no terciário, inclusive revela um outro dado importante: 99,79% dos empreendimentos populares apoiados pelo Banco do Povo eram informais. Contudo, deve-se ressaltar os efeitos dessa política ativa na geração de trabalho e renda no município, porque foram criadas 13.703 ocupações diretas e 76.912 ocupações indiretas, além de garantir a manutenção nos empreendimentos populares de 23.742 ocupações, que já existiam anteriormente, nos 7 anos de atuação do Banco do Povo (Arroyo, 2004).

Essa exposição permitiu identificar algumas práticas da política urbana de geração de emprego e renda da PMB na gestão 1997-2004, cuja fundamentação tinha como base consolidar a economia solidária. Este viés, expresso no eixo do planejamento da cidade (Revitalizar Belém), foi implementado de forma concatenada, às vezes com sombreamento, pelos órgãos setoriais. O impacto desse tipo de política ainda não está bem mensurado, contudo, é possível estimar que há repercussões importantes do ponto de vista econômico e social como: a organização política dos empreendedores populares com a criação do Fórum de Desenvolvimento Local e Solidário e do Fórum de Empreendedores Populares de Belém; e, o fortalecimento da organização econômica por meio de projetos especiais como o atacadão solidário, moda popular, catálogo de negócios e o cartão de crédito do empreendedor popular.

Em face desta dinâmica econômica e social construída pelos agentes do desenvolvimento local, tornou-se estratégico analisar e avaliar os resultados da qualificação profissional, via LOT, e a criação das Cooperativas Populares. Isso tem gerado subsídios importantes para a compreensão dos limites e extensão das ações de geração de emprego e renda em Belém e suas possíveis inovações. Contudo, a necessidade de aprimoramento metodológico e a própria fragilidade da compreensão do significado da chamada economia solidária, cujos preceitos estão em construção e seu alcance explicativo muita vezes não consegue ser visualizado. Esse fato não tem permitido maiores avanços em termos analíticos. Há tentativas de apresentar referencias conceitual, mas ainda são inconsistentes, pois, a utilização de conceitos como *mercado solidário*, *formas de organização não capitalistas* e outros ainda requerem uma maior reflexão conceitual e teórica sobre as condições de reprodução desses modelos de organização econômica e social, principalmente em economia com traços mercantis fortes, precisaria ser compreendido tanto no âmbito de uma ruptura epistemológica como na perspectiva de um projeto de sociedade.

Dessa forma, evidencia-se que a opção pelo estímulo à organização de empreendimentos populares, particularmente as cooperativas populares, marcou a política urbana de geração de emprego e renda da PMB na gestão da Frente Belém Popular. Foram organizadas em torno de 15 cooperativas populares, sendo que a grande maioria resultou do LOT, prioritariamente as 3.000 famílias beneficiárias do Programa Bolsa-Escola Municipal. Esse tipo de ação, que poderia ser denominado de "**ação induzida de formação de cooperativas populares**", apresentou um conjunto de debilidades, dentre elas, a forma de difusão da cultura cooperativista. Ainda hoje, são percebidas dificuldades de compreensão pelos segmentos sociais, os cooperados, envolvidos nessa ação sobre as reais condições e o sentido de sua inserção econômica e social nas cooperativas populares. Pode-se identificar vários fatores, contudo, a origem dessas pessoas do trabalho informal individualizado e a reduzida participação política, auxiliam no entendimento desses obstáculos.

Um outro aspecto que se tornou marcante diz respeito à gestão administrativo-financeira do empreendimento. Havia dificuldade de registro contábil e construção de fluxo de caixa, inclusive inviabilizando a transparência na gestão. A dimensão econômica do empreendimento ou estudo de viabilidade, na maioria das vezes, inexistia. Esse tipo de situação gerou dependência por parte das cooperativas da gestão pública municipal, porque, elas geralmente utilizavam os logradouros públicos sem qualquer tipo de contrato de sessão de uso. Face esta problemática, em 2003, a própria SECON iniciou um processo de regularização da ocupação desses logradouros públicos como estacionamentos, banheiros, áreas de turismo, etc.

Ao longo de 2001-2003, o Departamento de Apoio à Produção – DEAP da SECON e o Banco do Povo realizaram diversas atividades de formação profissional por meio do PRONAGER, e do Plano Territorial de Qualificação Social e Profissional – Planteq, substituto do antigo Planfor. Objetivava-se superar as lacunas referentes à gestão dos empreendimentos populares. Contudo, a demanda por assessoria permanente foi bastante reivindicada pelas cooperativas populares. É neste contexto que se insere o Projeto Incubadora de Cooperativas Populares e Empreendimentos Solidários da UFPA-CSE-UNITRABALHO. Por meio da extensão universitária, começou-se a promover o acompanhamento no âmbito da gestão econômica e social e difusão de tecnologia social às cooperativas populares vinculadas ao programa urbano de geração de emprego e renda da PMB. A cooperação técnica entre a UFPA e PMB desdobrou-se também na incubação da Cooperativa dos Trabalhadores Autônomos do Aurá – COOTPA, por meio de convênio envolvendo a Caixa Econômica Federal e a Secretaria Municipal de Saneamento – SESAN.

A concepção de ação da ITCPES-UFPA-CSE-UNITRABALHO e do Projeto de Pesquisa Geração de Emprego e Renda na RMB se configurou na articulação ensino, pesquisa e extensão. Dessa forma, envolveu-se discente da graduação e pós-graduação e pesquisadores da UFPA e de outras instituições brasileiras de ensino superior, particularmente aquelas filiadas a Rede Interuniversitária Unitrabalho que subsidiou a formação da equipe da UFPA na metodologia de incubação de empreendimentos solidários e na metodologia de pesquisa sobre políticas de geração de trabalho e renda. A cooperação técnica com a PMB revelou-se salutar por se constituir em uma práxis do processo de incubação de empreendimentos de economia popular e solidária, tanto para a UFPA, quanto para os técnicos das secretarias municipais envolvidas.

Desde de 2001, a ITCPES-UFPA-CSE-UNITRABALHO incubou pelo menos 12 empreendimentos de economia solidária, entre cooperativas e grupos solidários, em Belém.

Destaca-se, devido a sua trajetória ou história do trabalho, o perfil de 2 empreendimentos solidários: a Cooperativa de Serviço Gerais Esperança – COOSEGE – e a Cooperativa de Serviços Gerais – COOPSEG. Ambas localizadas no bairro da Terra-Firme e todos os seus membros oriundos do Programa Bolsa-Escola Municipal, que destinava, naquele momento, o valor de 1 salário mínimo mensal para cada família. A permanência da família no programa era por 2 anos, por isso, que a criação de empreendimentos populares tornou-se uma estratégia de inserção produtiva dos chefes de família, na sua grande maioria mulheres.

Assim, a experiência da UFPA na incubação de empreendimentos solidários acompanha a reivindicação contemporânea dos movimentos sociais da cidade e do campo de que, o sistema técnico-científico das instituições de ensino superior e pesquisa esteja conectado as necessidades de aprendizagem do setor da economia solidária. Observa-se ainda que neste setor o papel da mulher é central, seja na luta reivindicatória, seja na reprodução econômica (Coraggio, 2003).

O perfil dos empreendimentos da economia popular e da economia solidária de Belém é muito semelhante ao relato presente na literatura nacional e internacional sobre Economia Solidária, particularmente a referência à experiência dos demais países da América Latina. Pode-se apresentar, para efeito comparativo com outras experiências de economia solidária, uma breve análise do perfil socioeconômico das cooperativas populares que participavam, desde 2001, do processo de incubação da ITCPES-UFPA-CSE-UNITRABALHO. As informações relativas a COOSEGE e COOPSEG objetivam demonstrar a abrangência da política de geração de emprego renda da PMB e da própria ação da UFPA.

A COOSEGE foi criada em 1999. Chegou a ter em seu quadro 40 cooperados (22 homens e 18 mulheres) que nela ingressaram por meio de cursos educacionais e profissionais promovidos pela Prefeitura Municipal de Belém. A COOSEGE se especializou em trabalhar com serviços gerais (limpeza, vigilância e manutenção de logradouros públicos). A cooperativa iniciou suas atividades com recursos provenientes do Banco do Povo, conseguindo ampliar seu patrimônio. Em termos físico e financeiro, possuía sede própria, telefone, transporte próprio (uma Kombi), computador e endereço eletrônico, os quais agilizavam e aperfeiçoavam os seus serviços. Em termos de escolaridade a maior parte dos membros da diretoria possuía 2º grau completo, contudo, isso não era extensivo aos demais cooperados.

A receita da cooperativa era dividida entre os cooperados, de acordo com a função que cada um exercia no empreendimento, seja na função de direção, seja de atuação direta nos espaços de trabalho. Além disso, levava-se em consideração o tempo de contribuição do cooperado para a formação das reservas de capital social da cooperativa. O cooperado que estava há mais tempo recebiam uma renda, *pro labore*, em torno de R$ 360,00 por mês; aproximadamente 1 salário mínimo - SM e meio, segundo referencia de 2002. O cooperado que estava há menos de seis meses na cooperativa, normalmente trabalhava em serviços operacionais e recebiam em torno de R$ 240,00 por mês (1 SM).

Identificou-se na pesquisa que a maioria dos cooperados vieram de cidades do interior do Estado do Pará ou de outros Estados, como Maranhão, Ceará e Amapá, entre outros. Eles migraram para Belém com o objetivo de conseguir novas oportunidades de trabalho. Entretanto, eles enfrentariam dificuldade de inserção produtiva, mesmo no setor terciário, pois, a baixa escolaridade, havia alguns analfabetos, e a reduzida experiência profissional no mercado formal de trabalho, tornar-se-iam obstáculos. A cooperativa popular representou para essas pessoas uma oportunidade singular e grande valor social. A

disponibilidade pela PMB dos logradouros públicos como o estacionamento do Ver-o-Peso, cujo grande fluxo de veículos representavam o maior percentual de renda da cooperativa, e os banheiros da Praça Waldemar Henrique, incentivou-os na busca de outros espaços de trabalho, inclusive fora do ambiente público municipal como a igreja anglicana (portaria) e o condomínio Dulce Marques (Portaria).

Nota-se que a cooperativa trouxe melhorias sociais para os seus cooperados. É possível afirmar isso quando se verifica que, antes, esses trabalhadores, agora cooperados, encontrava-se em condições mínimas de sobrevivência, traduzida em renda muito baixas e instáveis, viviam de "bico", e as condições de habitação e saúde eram precárias. Vale recordar, que a totalidade dos atuais cooperados eram chefes de família desempregados que conseguiram obter a bolsa-escola municipal por um período de 2 anos, mas estavam saindo do programa, sendo substituídos por famílias em condições de risco semelhante ou mais grave. Qual o caminho a percorrer? Naquele momento, este era o principal dilema tanto para a PMB como para as famílias. Sabe-se que com a formação das cooperativas, esses problemas não deixaram de existir, mas os trabalhadores obtiveram conhecimentos que lhes estimularam o desejo de sair da situação de pobreza extrema, encontrando na cooperativa popular a possibilidade de mudança.

Infelizmente, o processo de estruturação dos empreendimentos solidários não é tão tranqüilo, face ao conjunto de problemas identificados ao longo deste trabalho, principalmente o que diz respeito à trajetória do trabalho desses cooperados. As relações de poder não são totalmente eliminadas no interior de uma cooperativa, particularmente de uma cooperativa popular. Isso provoca tensões e incompreensões do papel social de cada um na construção de projetos coletivos. Além disso, a ação "protetora" da PMB, muitas vezes tornava-se um risco ao transforma-se em tutela. Portanto, isso prejudicava a consolidação da autonomia e autogestão do empreendimento. Um outro problema enfrentado era a polêmica sobre a constituição de cooperativas de trabalho, resultava em pressões do Ministério Público e da Delegacia Regional do Trabalho – DRT sobre a COOESEGE que devido à fragilidade da organização social, provocava denuncias trabalhistas. Isso inviabilizava financeiramente a cooperativa. Por fim, a reduzida participação dos cooperados da COOSEGE nos espaços de mobilização social, isolou-os do processo reivindicatório, deixando-os fragilizados. Em 2005, a mudança de gestão municipal sucumbiu definitivamente o que restava da experiência da COOSEGE. Retirando-os dos logradouros públicos e colocando-os na indefinição de seu futuro.

A outra experiência é a Cooperativa de Serviços Gerais – COOPSEG, fundada em 28 de fevereiro de 2001, cujo objetivo principal, segundo seu estatuto, é proporcionar o exercício da atividade profissional dos seus associados na área de prestação de serviços de acordo com os princípios de igualdade social, econômica e ambiental para seus cooperados em condições de preços convenientes. A Coopseg tem atualmente 24 Cooperados (6 homens e 18 mulheres), atuando na limpeza e conservação de espaços do mercado de São Braz, feira da 25 de setembro e no Ver-o-Rio, neste em caso em parceria com outra cooperativa solidária, a COOPVE. No mercado de São Braz possui um bar e restaurante, "Coisas do Pará, que fornece alimentos e bebidas. Atualmente, ampliou sua ação desenvolvendo trabalhos de elaboração no campo gráfico e produção de serigrafia. As iniciativas da diretoria da COOPSEG sempre estiveram baseadas na preocupação permanente de profissionalizar a atuação dos seus cooperados e promover a melhoria econômico-social dos seus associados e familiares".

Isso pode ser observado na busca de investimento em cursos de capacitação, mediante convênio com entidades especializadas, públicas ou privadas, para aprimoramen-

to técnico-profissional dos seus associados, tendo sempre em vista a educação cooperativista. Uma outra prática importante é o fornecimento de assistência aos associados para melhor execução do trabalho, organizando-o de modo a aproveitar a capacidade dos associados, sempre os distribuindo em postos de trabalho conforme suas aptidões e os interesses coletivos da Cooperativa. Um bom exemplo desse empenho da Diretoria foi a criação do Fundo de Assistência ao Cooperado – FAC fruto da orientação realizada pela a ITCPES-UFPA quanto a importância se serem criados os fundos sociais, a partir da destinação de recursos para auxiliar o cooperado nas eventualidades financeiras, apoio à saúde e estímulo à educação.

Os esforços da diretoria e dos cooperados da COOPSEG para alcançar o estágio atual e permanecer atuando nos logradouros públicos, tem sido caracterizado por um processo constante de fortalecimento da organização social e da busca por atividades produtivas. Observa-se que a baixa capitalização, principalmente em termo de capital de giro, limita a manutenção dos serviços e o investimento nas instalações para promover melhorias no empreendimento. Por isso, a importância de uma política pública como o Banco do Povo que viabilizava recursos para este tipo de empreendimento. Entretanto, nota-se que nos últimos anos os cooperados da COOPSEG conseguiram criar uma identidade própria, à medida que foram enfrentando suas dificuldade e interagindo com a UFPA no trabalho de incubação e ampliando sua participação no fórum de economia solidária. Hoje a cooperativa é reconhecida como um dos empreendimentos de referência de economia popular e solidária em Belém.

4. Conclusão

Sabe-se que a maioria das questões citadas até este momento exigiria estudos específicos, mas parte-se desse conjunto de constatações para argumentar sobre os caminhos assumidos pela política urbana de emprego em Belém. Muitas das ações desenvolvidas pela a gestão municipal foram alvo de avaliação, nem sempre com resultados favoráveis, mas pelo menos se abriu um espaço de reflexão sobre o sentido dessa política pública. Apresentou-se referência, de maneira sintética, a essas ações, contudo, com o objetivo de identificá-la, sem qualquer pretensão de esgotar a análise crítico-interpretativa dos resultados alcançados.

A principal questão evidenciada se refere a organização econômica e social das cooperativas populares pesquisadas. Observou-se a reprodução de estruturas de informalidade no interior do empreendimento, situação essa identificada em algumas práticas de terceirização informais, que tornam frágeis a organização do trabalho e o sentido de solidariedade do grupo. Há dificuldade de estabelecer mecanismos de prestação de conta mais transparentes, muitas vezes pela ausência de um sistema de informação contábil que permita o acesso ágil de todos os membros das cooperativas aos resultados obtidos, e também há existência de práticas centralizadoras de gestão. De modo geral, essas foram as principais questões identificadas, mas que ainda precisam ser mais bem analisadas.

6. Referência bibliográfica

ARROYO, João Cláudio. (Org.) **Solidariedade e sucesso: a experiência do Banco do Povo de Belém**. Belém: Prefeitura de Belém, 2004.

BALTAR, Paulo Eduardo de Andrade. Estrutura econômica e emprego urbano na década de 1990. In WEISSHAUPT, Marcelo Proni (Org.) **Trabalho mercado e sociedade: o Brasil nos anos 90**. São Paulo: Unesp; Campinas,SP: Instituto de Economia da UNICAMP, p 107-154, 2003.

CORAGGIO, José Luis. **Economia do Trabalho**. In CATANI, David (Org.) A outra economia. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003, p. 88-97.
IBGE. Economia informal urbana, 1997.
ITCPES/UFPA. **Relatório de Pesquisa de Campo COOSEGE Integrado**, 2002, digitado.
JAKOBSEN, Kjeld A. A dimensão do trabalho informal na América Latina e no Brasil. In. JAKOBSEN, Kjeld A. et all (orgs) **Mapa do trabalho informal: perfil socioeconômico dos trabalhadores informais na cidade de São Paulo**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002, p. 13-18
LAVILLE, Juan Louis et all. **Economia solidária: uma abordagem internacional**. Porto Alegre: UFRGS, 2004.
MARTINS, Maria Lucia Refinetti. **Os desafios da gestão municipal democrática – Belém 1997 – 2000: desenhando a cidade do terceiro milênio**. São Paulo: polis, 2000.
MAX, Karl. O Capital. Editora Abril Cultura, 1982, vol. I
POCHMANN, Márcio. O excedente de mão de obra no município de São Paulo. In. JAKOBSEN, Kjeld A. et all (orgs) **Mapa do trabalho informal: perfil socioeconômico dos trabalhadores informais na cidade de São Paulo**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002, p. 18-23
POCHMANN, Marcio. **O país subserviente**. Revista Carta Capital, 29 de Dezembro de 2004, p. 36-37.
REIS, Adebaro Alves dos; TRINDADE, José Raimundo B. **Perfil da distribuição de renda por escolaridade na região metropolitana de Belém: uma análise comparativa a partir dos dados das PNADs – 1993/1998**. Relatório PIBIC/CNPq, 2001,digitado.
REIS, Adebaro Alves. **A Situação da Criança e Adolescente no Município de Belém: uma analise dos indicadores de desigualdades de renda e pobreza**. Monografia, digitado, 2004.
SINGER, Paul. **O trabalho informal e a luta da classe operária**. In. JAKOBSEN, Kjeld A. et all (orgs) Mapa do trabalho informal: perfil socioeconômico dos trabalhadores informais na cidade de São Paulo. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002, p. 11-13
SOUZA, Antonio Osvaldo**. As perspectivas do combate ao desemprego em Belém.** 2001, digitado.